INDÚSTRIAS J. B. DUARTE S/A

CNPJ (MF) 60.637.238/0001-54 Código CVM – 01231-9 – Empresa de Capital Aberto

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A INDÚSTRIAS J. B. DUARTE S/A é uma sociedade anônima de capital aberto desde 1985, constituída em 1936, com sede na cidade de São Paulo, cujas atividades da empresa está focada na participação em outras sociedades, e desenvolvendo atividades próprias na área de reflorestamento e imobiliária, conforme faculta seu Estatuto.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que passam a ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade (IFRS). As práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme e consistente com aquelas utilizadas no exercício anterior. Não houve outros resultados abrangentes no exercício divulgado, portanto, não se aplica a apresentação da demonstração do resultado abrangente (DRA).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- **a)** As contas mantidas com empresas ligadas, coligadas e controladas, tanto credoras como devedoras são atualizadas de conformidade com os contratos mantidos com estas empresas.
- **b**) Os investimentos em coligadas e controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição.
- c) Os bens integrantes do ativo imobilizado estão registrados pelo valor histórico de aquisição, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995 e por ajuste de avaliação patrimonial (antiga reavaliação).
- d) As obrigações em moeda nacional estão classificadas no passivo circulante na nomenclatura "instituições financeiras", e nela encontram-se demonstrados os encargos normais e variações monetárias incorridas.
- e) A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional previsto na legislação fiscal. A provisão para contribuição social é calculada á alíquota de 9% sobre o lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação vigente.
- **f**) Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

4 – CONTAS A RECEBER - CIRCULANTE

	R\$ mil	
Descrição	31/12/14	31/12/13
IOL – Itapecerica On Line Telec e Informática Ltda.	-	1.192
Mútuos com pessoas físicas	424	400
Fazenda Sabaúma	1.275	1.124
Mútuo – Duagro S/A Adm e Participação	26.315	22.175
Mútuo – Contibrasil Grãos Com Exp Grãos Ltda.	30.218	22.452
Total	58.232	47.343

5 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

	R\$ mil	
Descrição	Descrição 31/12/14 31/	
Processos trabalhistas	94	90
20 ^a . Vara Justiça Federal – processo 95.006.1237-2	4.306	4.009
18 ^a . Vara Cível – processo 53064821991	2.801	2.619
Total	7.201	6.718

6 - IMPOSTOS A RECUPERAR - NÃO CIRCULANTE

	R\$	
Descrição	31/12/14	31/12/13
Créditos sobre Prejuízos Fiscais	1.925	1.925
Créditos sobre base negativa da CSLL	1.385	1.385
Total	3.310	3.310

7 – OUTRAS CONTAS A RECEBER – NÃO CIRCULANTE

Refere-se à operação com a ACT – Asian Comercial Trade Ltd., da qual a Companhia, suportado por um instrumento de "Confissão de Dívida", no montante de R\$ 39.154.042,62, sujeito a atualização monetária com base nos índices do IGPM/FGV.

8 – INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Descrição	Newrealty Empreendimentos	
	Imobiliários Ltda.	
	31/12/14	31/12/13
Capital Social – R\$ 1,00	21.000.124,00	11.721.000,00
Quantidade de cotas:	21.000.124	11.721.000
Quantidade de cotas possuídas	21.000.123	11.720.999
Percentual de participação	99,9999%	99,9999%
Patrimônio Líquido – R\$ mil	20.164	20.163
Resultado do exercício	(5.578)	(581)
Valor contábil investimento inicial	20.163	11.455
Aumento de investimento	1	9.278
Equiv. Patrim. – s/resultado	(5.578)	(581)
Equiv. Patrim – s/resultado ganho partic.	-	11
Valor investimento ajustado – R\$ mil	14.586	20.163

Newrealty Empreendimentos Imobiliários Ltda.

A participação detida pela Companhia na Newrealty é de 99,9999% das quotas sociais.

IOL – Itapecerica On Line Telecomunicações e Informática Ltda.

A participação detida pela Companhia na IOL foi avaliada pelo método da equivalência patrimonial e ajustada até o limite da participação na J.B. Duarte em seu patrimônio líquido, sendo a diferença contabilizada contra provisão para perdas em investimentos. Considerando que as atividades operacionais da IOL não conseguiram até o momento evoluir de forma a obter resultados positivos, a Companhia decidiu baixar o valor de seus créditos em seus demonstrativos financeiros no final deste exercício.

9 – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Contratos de empréstimos que se encontram sub judice, atualizados monetariamente com base nos índices estabelecidos pelo TJSP, até a data do encerramento do balanço.

	R\$ mil	
Descrição	31/12/14	31/12/13
Banco Itaú-Unibanco (vide nota 16)	4.163	3.025
Banco Rural S/A (vide nota 16)	6.410	5.788
Total	10.573	8.813

10 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Descrição		R\$ mil	
		31/12/14	31/12/13
INSS a recolher		306	279
IRRF a recolher		137	129
IRPJ a recolher		2.111	1.513
Contribuição social a recolher		816	589
Parcelamento – Lei 11941/09		3.580	3.346
Outros		230	205
	Total	7.180	6.061

11 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS - NÃO CIRCULANTE

	R\$ mil	
Descrição	31/12/14	31/12/13
Contingências Trabalhistas (vide nota 16)	4.144	4.568
Contingências Fiscais (vide nota 16)	61.676	55.614
Total	65.820	60.182

12 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

No encerramento do exercício de 2014, os demonstrativos financeiros da Companhia apresentaram um prejuízo de R\$ 10.234.863,41. Nestas condições e em conformidade com o artigo 189 da Lei 6.404/76, fica inviabilizada qualquer distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio.

13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No encerramento do exercício de 2014, o Patrimônio Líquido apresentava o valor de R\$ 40.290.241,34.

a) O capital social de R\$ 104.136.767,23 é constituído de 557.477 ações, sem valor nominal, assim distribuídas:

	<u>31/12/2013</u>	31/12/2014
Ações ordinárias	9.291.502	185.830
Ações preferenciais	18.582.348	371.647
Total	27.873.850	557.477

b) Dividendos: De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/76. O saldo remanescente será colocado à disposição da assembleia geral que deliberará sobre sua destinação. As ações preferenciais têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. O resultado ao final do exercício de 2014 apresenta um prejuízo de R\$ 10.234.863,41; como é de conhecimento geral, não será possível a distribuição de dividendos e/ou juros do capital próprio, tendo em vista o disposto no Artigo 189 da Lei 6404/76 que determina que antes de qualquer distribuição de qualquer participação, devem ser deduzidos os prejuízos acumulados, e a provisão para imposto de renda.

c) Resultado por ação:

Exercício de 2013	<u>Ações</u>	<u>Ações</u>	<u>Total 2013</u>
	Preferenciais	<u>Ordinárias</u>	
Lucro do exercício - R\$ mil	1.569	784	2.353
Quantidade de ações	18.582.348	9.291.502	27.873.850
Resultado por ação – R\$	0,084435	0,084378	0,0844160
Exercício de 2014	Ações	Ações	Total 2014
	Preferenciais	<u>Ordinárias</u>	
Prejuízo do exercício - R\$ mil	(6.823)	(3.412)	(10.235)
Quantidade de ações	371.647	185.830	557.477
Resultado por ação – R\$	(0.01836)	(0.01836)	(0.01836)

14 - AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Atendendo as disposições contidas na Instrução CVM nº 469/08 a Cia. optou em manter parte do saldo existente na conta até a sua efetiva realização.

15 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no ativo e passivo equivale aproximadamente ao seu valor de mercado. A Cia. não mantém instrumentos financeiros não contabilizados até a data de 31 de dezembro de 2014.

16 – ASSUNTOS JUDICIAIS

a) CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Fazenda Nacional

1 - Em Despacho de 19/05/2008, da Procuradoria da Fazenda Nacional ao Exmo. Sr. Juiz Federal da 6ª Vara Especializada em Execuções Fiscais – São Paulo, informando a existência de débitos fiscais da ordem de R\$ 202 milhões, sendo que, neste despacho, estava sendo executada para fins de cobrança o valor de R\$ 52.417.133,67 atualizado até 31/12/14 monta em R\$ 61.675.609,17 (R\$ 55.614.313 em 31/12/13). Considerando que através da publicação da Ata de Assembleia Ordinária de 28/04/2008, bem como da publicação dos respectivos Demonstrativos Financeiros referentes ao exercício findo em 31/12/2007, foi apresentado um lucro do qual soberanamente a Assembleia havia decidido distribuir R\$ 577.828,96 aos seus acionistas, na ocasião, decidiu o Exmo. Sr. Juiz, solicitar que fosse procedida a penhora daquele valor, bem como da reserva para futuros investimentos (conta gráfica), impedindo assim que a J.B.Duarte pudesse cumprir com o estabelecido na Lei 6404/76 - Artigo 202 e em seu Estatuto Social no artigo 25, item b, sobre a obrigatoriedade de distribuição de um dividendo obrigatório de 25%, após as reservas. A Companhia através de seus assessores jurídicos não tiveram até o momento, sucesso em suas tentativas de desbloquear aqueles recursos e distribuí-lo aos acionistas.

Também, conforme AGO de 30/04/2010 ocorreu a possibilidade de distribuição de R\$ 34.760,00 na forma de dividendos, porém como os valores a distribuir eram de pequena monta, resolveu aquela assembleia aprovar a retenção daquele valor para futura distribuição.

2 - Sobre a cobrança referente aos Processos de nºs 2005.61.82.05849-9, 2005.61.82.023716-3 e 2005.61.82.032177-0, os Advogados da J.B.Duarte, ingressaram em 13/08/2008, com uma Ação Judicial Declaratória de Inexigibilidade do Ato Declarativo da Dívida Ativa, contra a Fazenda Nacional, demonstrando que dos valores cobrados através da execução e constantes do processo administrativo, originários de autos de infrações de imposição de multas, não haviam sequer sido discutidos no seu mérito na esfera judicial e não tendo fundamento legítimo, assim como outros, encontram-se prescritos e ou foram considerados inconstitucionais, valores esses que se referem aos anos de 1992 a 1994.

Sobre o saldo remanescente, cabe informar que a Cia. finalizou as análises jurídicas e ingressou com novas ações judiciais, pois os valores de origem datados do período entre 1992 a 1996, no montante de R\$ 22.846.912,78, não foram objeto de perícias e discussão na esfera judicial até o momento.

Neste ponto, dado as incertezas quanto à legitimidade e quanto a valores, a probabilidade dessa contingência passiva é de difícil mensuração com suficiente segurança, razão pela qual está sendo divulgado o fato em Nota Explicativa.

Não há até o momento, nenhuma informação consistente sobre a atual posição dentro do judiciário e mesmo sobre seu possível julgamento.

Em Fato Relevante divulgado em 09/05/2013, a Companhia informou sobre o levantamento em andamento efetuado por nossos advogados no que se refere aos valores provisionados em nossos demonstrativos financeiros em 31/12/2012, e concluíram que a provisão estava a maior em R\$ 12.198.888,72, logo em parecer/laudo enviado à Companhia, esta decidiu providenciar a redução daquele valor da respectiva provisão contábil.

Tal fato impactou de forma positiva o resultado daquele trimestre e dos trimestres futuros.

Quanto às demais ações passivas, existem algumas tramitando com uma instituição financeira e algumas novas de natureza trabalhista, cujos valores estão contabilizados no passivo da Companhia.

b) - CONTINGÊNCIAS ATIVAS

Embora explicado em relatórios anteriores, vale frisar que no período de 1992 a 1994 a J.B.Duarte mantinha entre outras atividades operacionais, a importação de trigo da Argentina. Tais importações foram desembaraçadas com o pagamento do Imposto de Importação (II), posteriormente, em função de ser a Argentina, país membro da ALADI, ficou estabelecido que essas importações, não estariam sujeitas aquele imposto, restando a Companhia buscar o devido ressarcimento.

Através de Ação Ordinária de Restituição de Imposto Federal proposta pela Companhia junto à 14ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, buscando a restituição daquele imposto, teve sentença favorável julgada e divulgada em 17/05/2007. O processo encontra-se em fase final de julgamento. Nesta ação, como se trata de matéria de fato, onde a empresa foi obrigada a recolher valores considerados indevidos, os direitos da Indústrias J.B.Duarte S/A, estão assegurados conforme parecer dos assessores jurídicos.

Esta Contingência Ativa possui valor estimado atualmente superior a R\$ 110 milhões e a expectativa quanto ao julgamento final é de que ocorra em breve, fato que praticamente compensará as obrigações cobradas pela Receita Federal.

17 – REFINANCIAMENTO FISCAL – REFIS

A Companhia encaminhou à Receita Federal o levantamento das pendências referentes a impostos e tributos, habilitando-se, em tempo, à obtenção de um parcelamento de parte das discussões fiscais, onde nossos assessores jurídicos entendem que são valores efetivamente devidos e sem possibilidade de contestação pela empresa. O levantamento enviado, após análise pela Receita Federal, foi deferido em julho de 2011. A companhia vem quitando regularmente as parcelas, conforme estabelecido no deferimento do programa REFIS.

18 - PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 642 da CVM e o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) sobre partes relacionadas, apresenta suas vinculações referente ao tema.

A Companhia regularmente informa a CVM e BOVESPA em conformidade com o artigo 11 da Instrução CVM nº 358/2002 (com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM nºs 369/02, 449/07, 547/14 e 552/14), a movimentação referente a ações de administradores e acionistas da controladora. Todas as operações com partes relacionadas seguem os padrões de praxe utilizados no mercado no que se referem as suas condições e termos.

Controladora – A controladora da Indústrias J.B.Duarte S/A, é a DUAGRO S/A Administração e Participações, a qual, possui atualmente 55,22 % das ações ordinárias com direito a voto.

Composição Acionária da Controladora - A controladora tem como acionista e administrador majoritário o Sr. Laodse Denis de Abreu Duarte, detentor de ações ordinárias, correspondente a 71,81% da totalidade de ações.

Conselho de Administração – O Sr. Laodse de Abreu Duarte, é o único membro do Conselho de Administração da Indústrias J.B.Duarte e diretor da Companhia.

Saldo das contas - Partes Relacionadas

R\$ mil

31/12/2013 31/12/2014

Contas a receber

• Outras contas a receber

22.174

26.315

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Laodse Denis de Abreu Duarte Edgard Gabriel Calfat Filho Fabiana Rodrigues Presidente Vice-Presidente Membro

DIRETORIA

Laodse Denis de Abreu Duarte Edison Cordaro **Diretor Presidente Diretor**

João Braz Seraceni Técnico Contábil – CRC TC - 1SP 061.766/O-0

> Edison Cordaro Diretor de Relações com Investidores